



**University of
Zurich**^{UZH}

**Zurich Open Repository and
Archive**

University of Zurich
University Library
Strickhofstrasse 39
CH-8057 Zurich
www.zora.uzh.ch

Year: 2015

Arenas de conflito: os processos conflituosos durante a preparação para a Copa do Mundo no Brasil

Gaffney, Christopher

Posted at the Zurich Open Repository and Archive, University of Zurich

ZORA URL: <https://doi.org/10.5167/uzh-114997>

Book Section

Published Version

Originally published at:

Gaffney, Christopher (2015). Arenas de conflito: os processos conflituosos durante a preparação para a Copa do Mundo no Brasil. In: Alves dos Santos Junior, Orlando; et al. Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Observatorio das Metropoles, 185-202.



BRASIL

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014
E DAS OLIMPÍADAS 2016

Organizadores

ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
CHRISTOPHER GAFFNEY
LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO

 e-papers


OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES



BRASIL

**OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014
E DAS OLIMPÍADAS 2016**

Organizadores

**ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
CHRISTOPHER GAFFNEY
LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO**

Rio de Janeiro, 2015

 **e-papers**


**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**



© Orlando Alves dos Santos Junior, Christopher Gaffney e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, 2015.

Todos os direitos reservados a Orlando Alves dos Santos Junior, Christopher Gaffney e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro/E-papers Serviços Editoriais Ltda. É permitida a reprodução desde que citada a obra.
Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-7650-474-0 (recurso eletrônico)

Projeto gráfico e capa
André Mantelli

Diagramação
Juliana Jesus

Revisão
Aline Castilho Alves Campos
Helô Castro

Tradução
Daphne Costa Besen

Produção Editorial
Thaís Garcez

E-papers Serviços Editoriais Ltda.
Rua Mariz e Barros, 72, sala 202
Praça da Bandeira – Rio de Janeiro
CEP: 20.270-006
Rio de Janeiro – Brasil

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B83

Brasil [recurso eletrônico] : os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 /organização Orlando Alves dos Santos Júnior, Christopher Gaffney, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2015.542 p. : il. ; 23 cm.
recurso digital

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7650-474-0 (recurso eletrônico)

1. Olimpíadas - Economia. 2. Eventos esportivos. 3. Copa do Mundo - Economia.
4.Esportes - Administração - Brasil. 5. Desenvolvimento econômico - Brasil. 6. Economia - Brasil. I. Santos Júnior, Orlando Alves dos. II. Gaffney, Christopher. III. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz.

15-20733

CDD: 330.981

CDU: 338.1(81)

Sumário

Prefácio	7
<i>Gilmar Mascarenhas</i>	
Apresentação	13
PARTE 1: LEITURAS TEMÁTICAS	19
Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil	21
<i>Orlando Alves dos Santos Junior</i>	
Governança Empreendedorista e Megaeventos Esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira	41
<i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior</i>	
Impactos Econômicos dos Megaeventos no Brasil: investimento público, participação privada e difusão do empreendedorismo urbano neoliberal	57
<i>Orlando Alves dos Santos Junior e Caio Guimarães Rocha Lima</i>	
Copa do Mundo 2014 e os Impactos no Direito à Moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras	79
<i>Demian Garcia Castro e Patrícia Ramos Novaes</i>	
Mobilidade Urbana nos Megaeventos Esportivos: panorama crítico das ações e projetos para a Copa do Mundo 2014	105
<i>Juciano Martins Rodrigues</i>	
A “Copa das Manifestações” e os Processos de Governança Urbana no Brasil	131
<i>Erick Omena</i>	
Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil	165
<i>Christopher Gaffney</i>	
Arenas de Conflito: os processos conflituosos durante a preparação para a Copa do Mundo no Brasil	185
<i>Christopher Gaffney</i>	
Não Foi Só Por 20 Centavos: a “copa das manifestações” e as transformações socioeconômicas recentes nas metrópoles brasileiras	203
<i>Erick Omena</i>	

Impactos Socioeconômicos e Urbanos da Copa do Mundo 2014 em Belo Horizonte	221
<i>Daniel Medeiros de Freitas, Hélio Rodrigues de Oliveira Jr., João Bosco Moura e Tonucci Filho</i>	
Copa do Mundo de 2014 em Brasília, no Centro-Oeste do Brasil	245
<i>Rômulo José da Costa Ribeiro</i>	
Cuiabá-MT em Jogo: a reestruturação urbana em virtude da Copa do Mundo em 2014. Remoção e ordenamento urbano como reflexos da exclusão	259
<i>Adriana Queiroz do Nascimento</i>	
Elementos para a Compreensão das Transformações de Curitiba em Face da Copa 2014	279
<i>Olga Firkowski e Patricia Baliski</i>	
Os Impactos da Copa do Mundo da FIFA 2014 em Fortaleza	301
<i>Valéria Pinheiro, Clarissa Sampaio Freitas, Cleiton Marinho Lima Nogueira e Alexandre Queiroz Pereira</i>	
Impactos da Copa do Mundo de 2014 em Manaus-AM	325
<i>Rômulo José da Costa Ribeiro</i>	
Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo 2014 em Natal-RN	345
<i>Alexsandro Ferreira C. Silva, Maria do Livramento Miranda Clementino, Huda Andrade Silva de Lima, Richardson Leonardi Moura da Câmara, Pedro Augusto F. Albuquerque, Angelique Cochand, Marcelo Augusto Pontes e Lucas Costa F. Luzardo</i>	
Metropolização e Megaventos: impactos da Copa do Mundo no espaço urbano e na gestão urbana de Porto Alegre – RS	367
<i>Paulo Roberto Rodrigues Soares, Lucimar Fátima Siqueira, Mário Leal Lahorgue e César Berzagui</i>	
Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo de 2014 na Região Metropolitana do Recife	389
<i>Ana Maria Filgueira Ramalho, Aline de Souza Souto, Germana Santiago e Marcelo Allgayer</i>	
O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade	409
<i>Demian Garcia Castro, Christopher Gaffney, Patrícia Ramos Novaes, Juciano Rodrigues, Carolina Pereira dos Santos e Orlando Alves dos Santos Junior</i>	

Afinal, o que ficou da Copa 2014 para as Cidades-Sede no Brasil? Uma análise dos impactos urbanos em Salvador-Bahia <i>Angela Gordilho Souza</i>	437
--	-----

A “Cidade Global” Avança sobre a “Cidade Operária”: a recepção da Copa do Mundo em São Paulo <i>Mônica de Carvalho e Clarissa Gagliardi</i>	465
---	-----

PARTE 3: LEITURAS INTERNACIONAIS	483
---	------------

Notas para uma Cultura Política dos Megaeventos Esportivos: reflexões críticas sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de Londres 2012 <i>John Horne</i>	485
---	-----

Aumentando os Lucros (com Sangue): COI e FIFA na neoliberalização global <i>Volker Eick</i>	503
---	-----

A Copa do Mundo de 2010 na África do Sul: um espetáculo continental? <i>Chris Bolsmann</i>	523
---	-----

Mais Alto, Maior, Mais Caro: Sochi e as Olimpíadas de Inverno de 2014 <i>Martin Müller</i>	539
---	-----

Arenas de Conflito: os processos conflituosos durante a preparação para a Copa do Mundo no Brasil

Christopher Gaffney¹

Introdução

Estádios são arenas de conflito. As batalhas ritualizadas dentro de campo se refletem nas arquibancadas, nas diretorias dos clubes, nos campos simbólicos, nos processos de construção, demolição e reconstrução e nas disputas políticas dentro e fora do mundo de futebol.

Desde os primeiros anos de futebol no Brasil até os dias de hoje, o estádio de futebol carregava ideologias e mensagens de poder ao mesmo tempo em que serviu como um palco esportivo. Nos estádios do início do século XX o público geral não era bem-vindo e os jogadores e os espectadores orgulhavam-se e ostentavam seu poder econômico e político. Essas mesmas pessoas eram as únicas que tinham o hábito de praticar esportes. Um dos primeiros clubes da elite foi o Fluminense Football Club. Seu Estádio das Laranjeiras, localizado ao lado do Palácio da Guanabara, numa zona nobre do Rio de Janeiro é um bom exemplo do modelo de estádio que servia para a reprodução social de uma camada fina da população. Atrás de sua fachada neoclássica, escadas de mármore levavam políticos, capitães da indústria, debutantes e os *playboys* da época para grandes salões nos quais eram realizadas festas, bailes, jantares e negócios. Embora não seja um monumento específico ao conflito, o estádio carregava fortes indicadores simbólicos de exclusão social e as relações conflituosas embutidas na sociedade brasileira reproduziram-se no clube, nas arquibancadas e no campo de futebol.

Sem entrar muito nos detalhes da história do chamado esporte bretão e sua difusão para a população em geral, o poder público começa, a partir da decretação do Estado Novo (1937), a construir grandes estádios de futebol, uma vez que este esporte foi elevado à condição de símbolo da brasilidade e da integração nacional. O Pacaembu, inaugurado em 1939, exemplifica

1 Senior Research Affiliate, Department of Geography, University of Zurich.

bem este momento. Dez anos depois, surge o Maracanã, primeiro estádio do mundo a superar a capacidade de 150 mil espectadores. Depois da popularização total do futebol e sua consagração como pilar de identidade nacional, o regime militar (sobretudo entre 1968 e 1980) se encarregou de difundir estádios superdimensionados por todas as capitais do país (MASCARENHAS e GAFFNEY, 2014). A construção desses estádios gigantesco foi uma forma de legitimar o governo através do esporte. O uso do futebol como uma ferramenta política durante a ditadura foi amplo. Um exemplo foi o uso da seleção para avançar as ideologias do regime militar na Copa de 1970. O slogan “Pra frente Brasil” e a nítida associação entre a seleção tricampeão de 1970 e a ditadura consolidou ainda mais essa tendência. Uma década depois, um exemplo do uso político positivo do futebol foi o surgimento da Democracia Corintiana que usou o apelo popular do time para demandar mudanças na estrutura política do país (CASSOL 2014). Nessa época, o Brasil possuía 7 dos 10 maiores estádios do mundo.

Como parte de um processo mais amplo dentro do qual o poder público não conseguia construir ou manter infraestruturas urbanas, os estádios brasileiros sofreram com uma falta de investimento em manutenção, modernização e segurança durante a “década perdida” e durante a transição para a democracia. Os notáveis desastres no Maracanã, em 1992, e em São Januário, em 2000, foram eventos pontuais que assustaram mais que surpreenderam. Antes das intervenções para a Copa do Mundo, realizadas entre 2010 e 2014, o Brasil não tinha passado por uma melhoria na sua infraestrutura esportiva desde a ditadura. Numa avaliação da FIFA feita em 2007, quando o Brasil se candidatou para a Copa do Mundo, o país não possuía nenhum estádio que atendesse às exigências da entidade para sediar jogos oficiais. Esta avaliação foi surpreendente dado o fato que o Maracanã tinha acabado de passar por uma reforma de R\$ 300 milhões para os XV Jogos Pan-Americanos, realizados no mesmo ano (GAFFNEY e MELO 2010). Embora o dossiê de candidatura do Brasil não seja um documento público, é provável que dentro dele existissem projetos para reformar ou construir pelo menos 18 estádios para atender às exigências da FIFA. De fato, a maioria dos estádios brasileiros não tinha condições satisfatórias para realizar eventos como a Copa do Mundo com suas demandas “tecnológicas”.

A disputa para ser uma cidade-sede da Copa é invisível, mas os resultados deste embate tomam forma física nas paisagens urbanas. Nos bastidores do governo Lula havia uma intensa negociação para maximizar os benefícios políticos e o processo de escolha das cidades-sede aconteceu a portas fechadas. Sabe-se que cada cidade aspirante apresentou o que podemos chamar de “projeto cidade-sede”, para ser avaliado pelo governo federal, a CBF e a FIFA. Não houve conversa com a população sobre essas propostas. Apesar da falta de diálogo e transparência, 12 cidades foram no-

meadas cidades-sede em maio de 2009, 19 meses após o anúncio do Brasil como país-sede. A demora em escolher as cidades da Copa gerou inevitáveis conflitos futuros: de prazos, de custos e de transparência.

O anúncio de 30 de maio de 2009 foi o pontapé inicial que inaugurou uma série de intervenções para reestruturar as cidades-sede para a Copa do Mundo. Desde então, os conflitos em torno dos estádios de futebol da Copa foram constantes. O processo de reforma e construção de 12 estádios revela as condições atuais da infraestrutura esportiva do Brasil e as fragilidades das instituições do futebol brasileiro, expõe as relações assimétricas de poder entre as empreiteiras e os trabalhadores, estende a distância entre o poder público e o público, e aumenta os graves problemas de integração social e urbana que já definiram as cidades-sede. Neste capítulo analisaremos estes conflitos em torno dos estádios da Copa do Mundo de 2014.

Infraestrutura

Enquanto o futebol brasileiro floresceu dentro de campo, a trajetória da arquitetura dos estádios de futebol no Brasil parou durante a ditadura militar. Nos últimos anos da ditadura, não fazia muito sentido construir grandes monumentos a um poder em declínio. A maioria das capitais brasileiras e muitas cidades do interior já possuíam grandes palcos esportivos e a onda construtiva da época tinha se acabado. Com a hiperinflação e a transição para democracia, os velhos estádios serviam como anfiteatros grandiosos (em tamanho) e modestos (em conforto) para a realização do esporte mais popular do país. Embora esses estádios de concreto não oferecessem as amenidades confortáveis, muitos serviam adequadamente às necessidades e demandas de um público que cultivava e celebrava uma cultura futebolística lá dentro e nos arredores. Mas, como as demais infraestruturas urbanas, os estádios sofreram com a falta de investimento ao longo de décadas e caíram em decadência. Na década de 1990, com a crescente influência das torcidas organizadas e o aumento de insegurança pública em geral, os estádios tornaram-se lugares “perigosos”.

Muitas vezes, o declínio geral se manifestou em tragédia. Em 1992, uma parte da grade de proteção da arquibancada cedeu e três pessoas morreram ao cair sobre o público que estava no setor das cadeiras azuis. Em 1995, num amistoso entre Corinthians e Taubaté, um muro do estádio do Taubaté caiu e 20 pessoas caíram no fosso, cinco delas se feriram gravemente. Em 2000, uma grade do estádio de São Januário cedeu e 175 pessoas ficaram feridas. Em 2007, o piso de um setor da Fonte Nova em Salvador cedeu quando centenas de pessoas pulavam e seis pessoas morreram ao cair de uma altura de 15 metros. O estádio já tinha sido interditado pelo Ministério Público. Esses desastres poderiam ter acontecido em muitos dos 739 está-

dios no Brasil. Além do mais, a violência associada às torcidas organizadas cresceu, refletindo uma crise mais geral de segurança pública nas cidades. O estádio público transformou-se num lugar de medo, gerando uma discussão essencialista sobre as tendências violentas dos torcedores. Deste debate surgiram algumas tentativas de regulamentar o futebol e seus espaços através da Lei Pelé (2001) e do Estatuto do Torcedor (2003). Mas essas medidas pouco mudaram as estruturas e tendências já ossificadas.

Às vésperas do Mundial, a CBF levantou uma contagem dos estádios brasileiros. Os resultados ficaram incompletos, porém interessantes. Como a tabela demonstra, há uma concentração de estádios nas regiões Nordeste e Sudeste, dados que não são inconsistentes com a distribuição da população. Vemos também uma preponderância da gestão pública. Os estádios particulares tendem a ser menores e se concentram nas regiões Sul e Sudeste (77%). Vemos também que os estádios de pequeno porte dominam a rede nacional de estádios. Em 2013, o Brasil não possuía mais os grandes palcos esportivos como na época da ditadura militar. Muitos dos estádios grandes construídos naquela época tiveram suas capacidades diminuídas ao longo do tempo. Esse foi o caso do emblemático Maracanã, que passou por sucessivas reduções para adequar-se às exigências dos eventos esportivos, passando de 179 mil, em 1999, para 129 mil, em 2000. Em 2007, o estádio contava com 89 mil assentos, sendo que a reforma para a Copa do Mundo reduziu ainda mais o estádio para 78 mil. O mesmo destino passou para os outros grandes palcos do Brasil: Mangueirão, Castelão, Mineirão, Morumbi, Beira-Rio, Fonte Nova, Serra Dourada. Os dados da CBF demonstram que 84% dos estádios do Brasil em 2014 têm uma capacidade menor que 15 mil espectadores. Sabe-se que o governo federal investiu mais que R\$ 8,3 bilhões de dinheiro público nas reformas dos estádios para a Copa do Mundo, todos agora com uma capacidade acima de 40 mil. Estes estádios compõem 0,02% da infraestrutura profissional de futebol no país. O investimento em palcos esportivos para a elite naturalmente implica uma falta de investimento em equipamentos esportivos de base.

Tabela 1. Dados tirados do Cadastro Nacional de Estádios de Futebol (Confederação Brasileira de Futebol 2013).

Gestão	Particular	Federal	Estadual	Prefeitura	PPP
739	239	4	46	450	7*
	32,3%	1%	6,1%	61,0%	0.95%

*estaduais

Região	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul
739	58	235	77	252	117
	8%	32%	10%	34%	16%
Copa 2014	1	4	2	3	2

Capacidade	<5,000	5-10.000	10-15.000	15-25.000	30 – 40.000	<40.000+
	350	201	75	72	10	14
	47%	27%	10%	9,7%	0,01%	0,02%

Iluminação	Sim	Não
	477	262
	64.5%	35.5%

Entre as muitas lacunas do estudo da CBF sobre a infraestrutura futebolística, uma é que não sabemos a qualidade da iluminação dos estádios, nem o ano de construção. Sabe-se que um dos elementos principais num estádio “padrão FIFA” é a iluminação. Mesmo durante o dia, os jogos da Copa são jogados com as luzes acesas para garantir a qualidade de transmissão. Esta condição ocorre, em parte, devido ao fato de os estádios da FIFA contarem com uma ampla cobertura para proteger os espectadores da chuva. Essas coberturas têm o efeito de sombrear o campo.

Outro elemento chave para entender as condições da infraestrutura esportiva é a informação sobre o uso do lugar pelo público e seus custos. Um dos problemas com o investimento nos estádios “padrão FIFA” para a Copa do Mundo é a tendência de construir infraestruturas que têm um custo de manutenção alto e uma capacidade de espectadores acima das necessidades locais. Um estudo mais completo e relevante indicará não só os custos de construção e manutenção mas também o número anual de eventos realizados e a média de público.

Contudo, podemos afirmar que os investimentos bilionários nos 12 estádios da Copa do Mundo não atenderão às necessidades da população brasileira. Os dados acima demonstram que este investimento para palcos esportivos acima de 40 mil espectadores é destinado a uma minoria dos estádios. Isso não significa que não haja outros investimentos em curso, só que estes dados não são disponibilizados. Mesmo com os supostos investimentos em centros de treinamento, parece que comparativamente o investimento público em estádios de menor porte está sendo negligenciado em favor dos palcos maiores. Essa tendência é semelhante ao processo de construção de grandes monumentos ao poder público durante a ditadura.

Além de construir estádios “padrão FIFA” para uma Copa do Mundo, é preciso ter centros de treinamento (CT) para as 32 seleções. Cada cidade-sede precisa disponibilizar campos de treino com condições adequadas (leia-se: classe-mundial) para os times treinarem. As seleções do mundial escolhem o CT que vai servir como sua base durante a Copa. Inicialmente, mais de 70 lugares se candidataram a ser CTs oficiais e as delegações escolheram seus locais em janeiro de 2014. Embora não seja claro o nível de apoio das três esferas do governo, as escolhas das seleções refletiram uma tendência preocupante no financiamento do torneio. A distribuição geograficamente desigual dos CTs foi dificultada pelo não cumprimento de projetos que acompanhavam as candidaturas dos CT-candidatos. Por exemplo, em Cuiabá, houve um projeto para construir três CTs para que as equipes escolhessem a cidade como base. Dois destes seriam palcos esportivos adequados para as necessidades dos times profissionais da região. Ao final das contas, a UFMT recebeu um apoio para melhorar uma instalação esportiva, mas o projeto não foi concluído em tempo para a Copa e nenhuma seleção treinou na cidade.

Tabela 2. Dados da Confederação Brasileira de Futebol 2012 e 2014

Região	Sudeste	Nordeste	Sul	Centro-oeste	Norte
CT candidato 2012	29	4	10	4	6
CT Copa 2014	24	5	3	0	0

Instituições de esporte

Desde a década de 1950, uma família conseguiu manter o controle sobre o futebol brasileiro. João Havelange assumiu a Confederação Brasileira de Desportes em 1956, deixando a organização em 1974 para assumir a presidência da FIFA. Durante as décadas seguintes, Havelange cultivou uma teia de apoiadores que mantinham um círculo fechado de controle sobre o futebol brasileiro (RODRIGUES 2007). A cultura de cartolagem reinava igualmente tanto na CBF (que se separou da CBD em 1979) quanto na FIFA, onde Havelange se manteria no poder até 1998, conseguindo frustrar as tentativas da justiça e das autoridades políticas de abrir a caixa-preta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Uma verdade sobre os megaeventos esportivos é que eles não dão tempo para reformar ou interferir nas instituições esportivas de um país. Para a realização de um megaevento é necessário trabalhar dentro dos arranjos institucionais presentes e daí criar entes temporários para lidar com

as necessidades do evento. Para uma Copa do Mundo, a federação nacional de futebol não tem papel na organização, mas conversa com o Comitê Organizador Local (COL) ao longo do processo de planejamento. Nas olimpíadas, o Comitê Olímpico Nacional é quem milita para o evento, mas é o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO) que planeja e executa os jogos. No Brasil, pela primeira vez na história, não existe uma separação das instituições temporárias e permanentes. O presidente da CBF, José Maria Marin, foi também presidente do COL. O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro desde 1995, Carlos Arthur Nuzman, é também presidente do Rio 2016. Essa duplicação de papéis faz com que não haja transparência nem profissionalização das organizações. O rol destes cartolas é nocivo para a modernização e democratização do esporte brasileiro.

Na semifinal da Copa os brasileiros sentiram os efeitos da continuidade da cartolagem e a falta de gestão profissional no futebol brasileiro: Alemanha 7 x Brasil 1. Respondendo à gravidade da derrota, o então técnico da seleção dizia que todas as preparações foram adequadas e que não mudaria em nada suas escalasções, treinamento ou modo de trabalhar. São quase as mesmas palavras que dizia o próximo presidente da CBF, Marco Polo del Nero quando elogiou o trabalho “bem feito” dos seus colegas. O diretor técnico da seleção masculina partiu na mesma linha dizendo que a CBF é uma das poucas organizações brasileiras que “deu certo”. Este tipo de cegueira define as políticas públicas do Ministério do Esporte que sempre diz que em nada pode interferir no futebol. O fracasso da Copa foi fruto de uma cultura esportiva retrógrada, com políticas públicas ausentes ou articuladas por pessoas que têm ideologias formadas durante o regime militar. A Copa do Mundo não abriu uma oportunidade para reestruturar as instituições do futebol. Ao contrário, a CBF, a Rede Globo e o Ministério do Esporte estão mais fortes do que nunca e a conclamação da população para mudanças estruturais no futebol demorará para ser ouvida.

De fato, o esporte brasileiro encontra-se numa posição precária. Os melhores jogadores de futebol atuam no exterior, os melhores atletas olímpicos precisam sair do país para encontrar infraestrutura e treinadores adequados, e não existem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de jovens atletas que não passem pelas confederações dominadas pelos cartolas. A escassez de democracia no esporte brasileiro é uma das suas principais características. Tal característica está sendo fortalecida com a chegada dos megaeventos esportivos.

Empreiteiros e trabalhadores

A disputa para construir os estádios da Copa aconteceu dentro de um contexto nacional de contratos para grandes obras civis. A influência das grandes

empreiteiras da construção civil nas políticas públicas no Brasil é bastante reconhecida. Ao longo da segunda metade do século XX e o início do século XXI, as ondas de crescimento da economia brasileira foram acompanhadas pelo fortalecimento dos laços econômico-políticos entre o poder público e as empresas. A falta de transparência no setor e a predileção do poder público por contratar empresas privadas para grandes obras faz com que haja constantes problemas com superfaturamento de obras e conluio entre as empreiteiras. Para socializar os lucros entre as empresas, elas formam consórcios para lidar com projetos particulares. As empresas consorciadas dificultam ainda mais o acompanhamento das despesas do poder público em relação aos projetos.

Tabela 3. Cidades, arquitetos, construtores e gestores dos estádios da Copa

Cidade Sede	Projeto	Construção	Gerenciamento	Tipo
Belo Horizonte	Gustavo Penna Arq / GMP	BCMF Arq	Minas Arena (Construcap, Egesa e HAP Engenharia)	PPP
Brasília	Castro Mello Arq	Consórcio Brasília (Via Engenharia/ Andrade Gutierrez)	Consórcio Brasília (Via Engenharia/ Andrade Gutierrez)	PPP
Cuiabá	GCP Arq	Mendes Junior	Não determinado	(PPP)
Curitiba	Carlos Arcos Arq	Atlético Paranaense	Atlético Paranaense	Privado
Fortaleza	Vigliacca e Associados	Galvão, Andrade Mendonça e BWA	Galvão, Andrade Mendonça e BWA	PPP
Manaus	GMP	Andrade Gutierrez	Não determinado	(PPP)
Natal	Populous	OAS	OAS/Amsterdam Arenas	PPP
Porto Alegre	Hype Studio	Andrade Gutierrez	Internacional F.C.	Privado
Recife	Escritório Fernandes Arquitetos & Assoc.	Odebrecht	Odebrecht/AEG	PPP
Rio de Janeiro	Escritório Fernandes Arquitetos & Assoc.	Odebrecht + Delta	Maracanã S/A (Odebrecht, AEG, IMX)	PPP
Salvador	Schulitz + Partner Architekten	OAS +Odebrecht	Fonte Nova Negócios e Participações S.A	PPP
São Paulo	Aníbal Coutinho	Odebrecht	Corinthians	Privado

A Tabela 3 demonstra claramente uma tendência de concentrar obras em poucas empresas. A empresa Andrade Gutierrez atua em três estádios e a Odebrecht em quatro. Algumas vezes as empresas são consorciadas, em outras não. Outra tendência clara é que as mesmas empresas de construção civil que foram escolhidas para o projeto de reforma ou construção acabam sendo as gestoras dos estádios em regime de Parceria Público Privado (PPP).

No caso dos estádios da Copa, uma PPP significa que o poder público assume o risco financeiro para construir um estádio, contratando o setor privado para tocar a obra. Sem condições técnicas de manter o novo estádio, o poder público abre licitação para contratos de concessão em até 35 anos. Da perspectiva funcional, é lógico que as mesmas empresas que foram responsáveis pela obra vençam as concessões, mesmo porque elas têm conhecimento do projeto e podem se preparar para assumir a manutenção. Mas, da perspectiva financeira, as PPPs são desastres para os cofres públicos uma vez que os contratos de concessão não preveem o retorno do dinheiro investido (ou emprestado) ao longo do período da concessão. Também há problemas com a transparência na licitação, contratação e execução das obras tanto para o projeto em si quanto para as concessões. Os exemplos de superfaturamento e desvio de dinheiro nas grandes obras públicas são inúmeros no Brasil e têm se agravado com a Copa do Mundo. Estes conflitos de interesse não são necessariamente visíveis mas existem como um pano de fundo.

Os mecanismos de controle sobre os gastos públicos no Brasil nunca foram adequadamente desenvolvidos. O poder público pouco se interessa pela transparência porque os cofres públicos muitas vezes foram tratados ou como os espólios da disputa eleitoral ou como um bem comum para ser apropriado. Nos projetos da Copa do Mundo vemos os mesmos processos de superfaturamento em obras públicas repetindo-se com alguns importantes mecanismos de acompanhamento sendo desenvolvidos para vigiar melhor essas despesas (tratados no capítulo sobre economia). Mas, durante anos de consultas aos sites de transparência do governo, nunca chegamos a ponto de entender que tipo de transparência estava sendo oferecida. As duas mais importantes características da transparência são acessibilidade e legibilidade. Os *sites* do governo falham nestes dois pontos, mas também apresentam dados sobre os gastos que não batem ou não são atualizados.

Tabela 4. Custos por ano com a construção dos estádios para a Copa do Mundo, 2007-2014. Dados consolidados pelo autor a partir de várias fontes.

Ano	R\$ <i>x</i> milhão	% aumento
2007	0	0
2008	0	0
2009	4411	0
2010	5316	17.1
2011	6384	16.8
2012	6778	5.9
2013	8621	11.4
2014	9338	8.0

A Tabela 4 é um acúmulo de informações sobre os gastos totais em estádios para a Copa do Mundo. Qualquer informação deste tipo é obrigatoriamente uma estimativa porque as fontes principais do governo² têm informações diferentes. Combinando estas informações com sites do acompanhamento da mídia³ ou da indústria de construção civil⁴ os dados são ainda mais contraditórios. A Tabela 4 representa uma estimativa nossa, utilizando uma média de custos ao longo dos anos para demonstrar os progressivos aumentos nos orçamentos. Nos meses anteriores à Copa, os custos tinham aumentando, justificando a utilização dos números mais altos de nossa pesquisa no ano 2014. Estes números não contam com os custos temporários da Copa, nem a readequação dos estádios para o contexto dos campeonatos locais e nacionais.

Um orçamento estourado faz parte do processo de qualquer projeto de grande porte no mundo. Mas com as obras da Copa, vemos que os projetos privados saíram muito mais baratos do que os públicos. Para medir o custo dos estádios em países distintos, um critério de avaliação é o custo por cadeira. Chegamos ao custo por cadeira dividindo o custo total da obra pelo número de espectadores. Cruzando estes números com um levantamento feito pela ONG dinamarquesa Play The Game, percebemos que os estádios da Copa do Brasil são muito mais caros que os de todos os torneios anteriores. Conforme o mesmo estudo, o Brasil possui agora sete dos dez estádios mais caros do mundo (CHADE 2013). Os altos custos fazem parte do jogo da Copa. Estes custos sociais, que vêm de um pano de fundo conflituoso, tomam forma física no concreto, aço, fibras, plástico, plasma e mármore dos estádios.

Tabela 5. Estádios da Copa e seus custos por cadeira

Cidade	Cadeira R\$ x 1000
Belo Horizonte	13.4
Brasília	27.9
Cuiabá	13.9
Curitiba	8.7
Fortaleza	8.9
Manaus	16.5
Natal	10.0

2 copa2014.gov.br, portal2.tcu.gov.br, www.portaltransparencia.gov.br/copa2014, www.copatransparente.gov.br

3 copadomundo.uol.com.br

4 www.sinaenco.com.br/copa_2014.asp

Cidade	Cadeira R\$ x 1000
Porto Alegre	6.8
Recife	12.4
Rio de Janeiro	18.3
Salvador	13.2
São Paulo	17.8
Média	14.0

Tabela 6. Gastos em estádios nas últimas edições da Copa do Mundo, US\$ ajustado para 2010

Copa	Estádios	Preço por Cadeira US\$	Custo Total US\$
Coreia / Japão 2002	20	\$5,070.0	\$4,626,639,256
Alemanha 2006	12	\$3,442.0	\$1,985,883,219
África do Sul 2010	9	\$5,299.0	\$1,794,379,401
Brasil 2014	12	\$6,023.0	\$3,831,977,800

Durante a construção dos 12 estádios houve pelo menos 26 greves de paralisação nas obras. Em todas as obras houve pelo menos uma greve, na sua maioria, organizada pela DIESSE, um braço do poderoso sindicato Internacional de Construção em Madeira (ICM). Os acordos feitos “incluem direitos sociais como a formação de comissões para representação dos trabalhadores em negociações coletivas e direito a quatro ou cinco dias de folgas consecutivas, o que permite que os trabalhadores, em sua maioria, migrantes, visitem suas famílias.” (CLAUDINO, 2014).

Em vários estádios as greves aconteceram depois de acidentes fatais ou graves durante as obras. Esse foi o caso do Maracanã, em 2012, e da Arena Corinthians, em 2013. Durante o processo de construção, pelo menos nove trabalhadores morreram. Na pauta de reivindicações dos grevistas foram incluídas melhorias nas condições de trabalho, o fim das demissões arbitrárias, planos de saúde equivalentes para todos os níveis de emprego, melhoramento nas cestas básicas e aumentos salariais. Já em 2012, as greves tinham somado mais de três meses de paralisação (SEGALLA 2012). Os conflitos entre os empreiteiros e os trabalhadores nos estádios da Copa refletem as dinâmicas dos canteiros de grandes obras no Brasil, com uma importante ressalva. Nas obras não explicitamente relacionadas à realização do evento (abertura de vias de transporte, aeroportos) não há grandes registros de greves. Os estádios, por sua necessidade de estarem prontos numa data fixa, foram lugares bastante propícios para os sindicatos do setor pressionarem politicamente a fim de conseguir concessões das empreiteiras.

Enquanto o setor formal cresceu com a Copa, o trabalho informal enfrentou progressivas dificuldades. A proibição da informalidade na Copa teve impactos negativos para o setor que mobilizava R\$ 730 bilhões (16,6% do PIB nacional). É difícil medir os impactos da Copa na economia informal porque os dados não são atualizados com a mesma facilidade do mercado formal. Em nossas investigações no entorno dos estádios e em conversas com organizações de camelôs, ficou claro que a Copa do Mundo está tendo um impacto negativo no setor de trabalho informal (GAFFNEY 2014b; GAFFNEY 2014c; GAFFNEY 2014a).

Na primeira, no entorno dos estádios da Copa, não há mais possibilidades de vender bebida ou comida. No Rio de Janeiro, a Guarda Municipal reprime os vendedores, tomando suas mercadorias, o que significa um duplo prejuízo para os ambulantes. Em Belo Horizonte, a Associação dos Barraqueiros do Estádio do Mineirão (ABAEM) protestava contra a perda de renda que eles sofreram durante a reforma do estádio e a perda permanente de trabalho no entorno do estádio desde que ele foi reaberto. Não foram oferecidos, no novo modelo de gestão ou no plano de urbanização, lugares para estes tradicionais trabalhadores. De fato, eles perderam seu lugar de trabalho.

Embora não haja evidência empírica para confirmar uma tendência no país como um todo, há evidência circunstancial que aponta para uma criminalização da informalidade nas capitais. Nos camelódromos do Rio de Janeiro, a Guarda Municipal está atuando para retirar mercadoria “não oficial” ou pirata das ruas, mesmo sem uma associação com o Mundial. Um camelódromo no centro do Rio foi incendiado em 2012 e nunca reconstruído. O Mercado Popular da Uruguaiana está tendo um aumento no número de agentes que atuam ali. No contrato das cidades-sede assinado com a FIFA, as cidades são obrigadas a providenciar e treinar os policiais que vão atuar especificamente contra os vendedores de mercadoria “não oficial”.

Inclusão social e representação

Embora o poder público tenha financiado mais de 98,5% das obras nos estádios para a Copa do Mundo, a vasta maioria dos brasileiros interessados em ver um jogo da Copa sequer teve uma oportunidade. Para conseguir ingressos foi necessário ter um computador e uma conexão de internet, um cartão de crédito (ou conta bancária), hábito de navegar em sítios de compra e tempo disponível para seguir o sorteio dos ingressos. Tudo isso sem falar dos preços altos e da disponibilidade limitada de ingressos.

Uma pesquisa do Datafolha revelou que a torcida brasileira nos estádios da Copa era composta pelas classes mais favorecidas do país: 86% possui ensino superior (contra 16% da população como um todo) e as classes

A e B representavam 90% da torcida. Apenas 6% destes torcedores se auto-declararam como pretos. A ausência de pretos e morenos nas arquibancadas foi “compensada” por sua presença no estádio como *stewards*, seguranças, garçons e faxineiras (BARBOSA 2014).

A exclusão social nas arquibancadas estendeu-se à área da cultura. O lema da Copa “Todos num só ritmo” exigia que a dona FIFA determinasse todas as músicas do evento (proibindo a entrada de instrumentos musicais das torcidas), as representações sociais nas propagandas e o tipo de comportamento permitido nos estádios. Além de empregar as forças armadas para esvaziar as ruas no entorno dos estádios, proibindo a venda informal de alimentos, o estado brasileiro encarregou-se de providenciar escoltas armadas para os VVIPs (*Very, Very Important People*) da FIFA, ao mesmo tempo que usou força letal para reprimir manifestantes. A inclusão forçada das elites encontrou seu inverso na exclusão da população que bancou a festa. Ao longo dos anos preparativos, o estado brasileiro atuou para banir, sanear, reprimir e excluir qualquer representação social que não fosse branca, rica e ligada às elites.

Tabela 7. Preço dos ingressos para os jogos da primeira fase em US\$

	categoria 1	categoria 2	categoria 3	categoria 4
Alemanha 2006	\$ 126	\$ 75	\$ 57	\$ 45
Africa do Sul 2010	\$ 160	\$ 120	\$ 80	\$ 20
Brasil 2014	\$ 203	\$ 192	\$ 112	\$ 25

Tabela 8. Preços dos ingressos⁵

Jogo	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 4 (DESCONTO)	Especial
Abertura (nº 1)	R\$ 990	R\$ 660	R\$ 440	R\$ 160	R\$ 80	R\$ 440
Fase de Grupos (nº 2 ao 48)	R\$ 350	R\$ 270	R\$ 180	R\$ 60	R\$ 30	R\$ 180
Oitavas de Final (nº 49 ao 56)	R\$ 440	R\$ 330	R\$ 220	R\$ 110	R\$ 55	R\$ 220
Quartas de Final (nº 57 ao 60)	R\$ 660	R\$ 440	R\$ 330	R\$ 170	R\$ 85	R\$ 330

5 A Tabela não demonstra a porcentagem dos ingressos disponíveis. Os ingressos mais baratos, categoria 4, representavam menos de 10% dos ingressos, e os mais caros, categoria 1, mais de 50%. Os ingressos foram vendidos através de uma loteria, fazendo com que fosse muito mais provável conseguir um ingresso de categoria 1 por ter mais disponibilidade. A FIFA ainda não publicou os dados referentes aos ingressos.

Jogo	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 4 (DESCONTO)	Especial
Semi finais (nº 61 & 62)	R\$ 1,320	R\$ 880	R\$ 550	R\$ 220	R\$ 110	R\$ 550
3º / 4º Lugar (nº 63)	R\$ 660	R\$ 440	R\$ 330	R\$ 170	R\$ 85	R\$ 330
A Final (nº 64)	R\$ 1,980	R\$ 1,320	R\$ 880	R\$ 330	R\$ 165	R\$ 880

Urbanização e arquitetura

A Copa do Mundo trouxe a destruição de patrimônios históricos depois de uma época sem grandes investimentos nos principais palcos esportivos do país. Além de construir estádios “padrão-FIFA” com dinheiro público, sem passar pelos processos licitatórios estabelecidos por lei, os projetos arquitetônicos em si são altamente prejudiciais para os contextos urbanos em que se situam. Os arranjos espaciais no entorno dos estádios da Copa são por natureza, excludentes, uma vez que a FIFA requer áreas vazias para o escoamento dos torcedores e para a segurança pública. Esse esvaziamento inclui a eliminação de árvores ou lugares de convivência. A ausência de sombra cria ilhas de calor. Quando não há lugares para alimentação e os ambulantes são proibidos de atuar em torno dos estádios, o ambiente urbano torna-se um deserto, forçando o torcedor para dentro do estádio em busca de bebida, comida e mictório. Um efeito colateral disso é a eliminação da cultura pré-jogo que define encontros esportivos desde os tempos romanos. O isolamento dos estádios do contexto urbano também dificulta sua incorporação à vida cotidiana dos bairros. A privatização dos estádios impossibilita seu usufruto público, tornando esses empreendimentos esportivos e espaços públicos em meros lugares de consumo.

Além desses processos, vemos nos estádios da Copa do Mundo um processo que pode-se chamar “shoppingficação.” As fachadas dos novos estádios são reflexos das fachadas que predominam nos shopping centers que se espalharam pelo país. Os grandes salões, bares para VIPs e escadas rolantes dentro dos estádios trazem consigo reflexos espaciais, fazendo com que o ambiente do estádio seja bastante parecido com outros lugares de consumo. Até o uso de materiais como mármore, madeira, vidro e aço nos camarotes são semelhantes aos de restaurantes e bares localizados dentro dos shoppings. É sabido que o arranjo espacial dos concursos dos shoppings é medido para estimular ao máximo o consumo. Essas medidas são repetidas nos estádios. Arquitetonicamente não há nada de estranho com isso porque as mesmas empresas desenham e constroem os estádios e os shoppings. Existe um padrão quase único no mundo do consumo e esse padrão está

definido pelas jogadas simbólicas, semióticas e espaciais que compõem as novas arenas multiuso. Mas esta “tendência global” não tem relação alguma com a cultura brasileira do futebol, as necessidades da população e serve para excluir em vez de incluir a população nos antigos espaços públicos.

Além dos elementos arquitetônicos com seus traços de elitização e consumo, os novos arranjos espaciais dos estádios são especificamente pensados para manter as distinções socioeconômicas que existem na sociedade. Como já anotamos, os mais pobres não têm mais chance de assistir jogos de futebol devido ao alto custo dos ingressos. Isso não quer dizer que eles não estejam presentes nos estádios. Estão ali trabalhando no campo ou nas arquibancadas, ou no beira do campo, ou depois dos holofotes apagarem, limpando o estádio.

Nas arquibancadas, vemos uma nova divisão da sociedade brasileira em categorias que variam entre a classe média tradicional e as classes mais favorecidas. Nesta divisão temos preços e divisões de arquibancadas que refletem o poder aquisitivo de cada grupo. Num jogo típico no novo Maracanã, por exemplo, existem quatro tipos de ingresso que variam entre R\$ 60 e R\$ 180. Esse preços excluem automaticamente os pobres do estádio. Os que podem pagar R\$ 60, ou que são sócio-torcedores, ficam nas arquibancadas, o lugar tradicional das torcidas organizadas. Os que pagam R\$ 80, R\$ 100 ou R\$ 180 para assistir ao jogo não se cruzam com as pessoas das arquibancadas porque cada setor está isolado do outro fisicamente. Não há livre circulação no estádio. Os torcedores só podem andar no setor para o qual têm ingresso. Esta setorização e territorialização conforma uma lógica de consumo na qual o fã só tem o direito ao lugar no estádio pelo qual ele pagou. A confraternização e o movimento livre que caracterizavam os estádios brasileiros não existe mais. A tendência global virou realidade local.

O processo de aumento do controle e punição sobre os frequentadores de estádios adquire, com a Copa do Mundo no Brasil, um recrudescimento inédito, nulificando a criatividade e reduzindo ao mínimo possível a possibilidade de expressão individual. Tais mudanças encontram suporte no pacote de exigências imposto pela FIFA. O Caderno de Encargos e o documento intitulado “Requisitos e Recomendações Técnicas para os Estádios” estabelecem um vasto conjunto de regras e condições mínimas para a arquitetura e funcionamento dos estádios para a Copa do Mundo. Tais exigências atingem profundo nível de detalhamento, tais como a medição milimétrica de cada assento, o espaço (medido em centímetros cúbicos) disponível para cada espectador que, por esse motivo, não pode se erguer de seu assento, para não invadir, ainda que por um décimo de segundo, o campo visual de quem se senta imediatamente atrás. Essa garantia ao consumidor do espetáculo esportivo está na contramão de costumes locais, de extravasamento das emoções através de reações corporais instantâneas. Instaura-se assim

um modelo de assistência passiva, contida, na qual a cadeira numerada se transforma em instrumento perfeito de controle e limitação do ato de vivenciar o estádio que se tornou um mero ato de consumir o espetáculo.

Para além dos 12 estádios oficiais da Copa do Mundo, percebemos a admissão dessas normas de controle e re-elitização em outros estádios brasileiros, como uma onda de intervenções que geram lucros privados e impõem uma racionalidade mercantilista na gestão desses equipamentos. Enquadram-se nessa onda os importantes estádios do Grêmio Football Porto-alegrense, o Serra Dourada (em Goiânia), o Parque Antártica (em São Paulo) e mesmo estádios de pequeno porte, inseridos em cidades desprovidas de tradição futebolística no circuito superior, tais como o Estádio Municipal de Ituiutaba (MG) (MASCARENHAS e GAFFNEY 2014).

Os impactos da Copa e o futuro dos esportes no Brasil

A Copa do Mundo foi bastante problemática para o desenvolvimento do futebol no Brasil. Além do fortalecimento das instituições existentes, houve um recrudescimento dos antigos métodos de fabricar consenso e utilizar o futebol como ferramenta política. A desastrosa performance da seleção brasileira aconteceu em estádios que refletem valores e ideologias totalmente voltadas para o mercado e que incorporam os processos de privatização e elitização que estão presentes nas cidades brasileiras. Se os estádios construídos nas décadas de 1950, 1960 e 1970 simbolizavam uma atenção para um público amplo (embora alguns estádios tenham sido construídos durante a ditadura militar), eles permitiram o desenvolvimento de culturas populares em espaços amplos e livres. Os estádios de futebol do Brasil sempre refletiam os desejos do poder público neste sentido.

Agora, o que vemos é um outro projeto que reflete outros desejos, outras ideologias. Os estádios ultramodernos, midiáticos, tecnologicamente sofisticados, excludentes, bancados com dinheiro público para dar lucro às empresas privadas, com tratamento VIP diferenciado e um aparato de segurança capaz de identificar a cor dos olhos, refletem os desejos do poder público para atender ao interesse privado, e não ao público em geral. Os simbolismos embutidos na arquitetura dos estádios são próprios ao mundo de consumo, de fragmentação social, de shoppings e condomínios fechados. O investimento bilionário nos estádios da Copa, no topo da pirâmide esportiva, vem com um custo de oportunidade impressionante – o não investimento na base, no cotidiano, no futuro.

Ao importar um modelo de estádio estrangeiro, o poder público decidiu não incorporar a história e cultura dos torcedores brasileiros. Ao negar essa riqueza, optou pelo esvaziamento dela, construindo não lugares onde a realização de eventos esportivos será complementada com a “exploração”

dos “direitos ao lugar”, com shows, festas e eventos. O público que bancou os estádios será o mesmo público que assistirá aos shows fazendo com que eles paguem muitas vezes pelo usufruto do mesmo lugar. A privatização dos estádios da Copa garante que o cidadão comum não tenha acesso ao espaço público nem possa garantir seu direito constitucional ao esporte e lazer.

Os megaeventos esportivos exigem pressa na construção e organização. Essa condição existencial elimina a possibilidade de reformas institucionais nos anos precedentes ao evento. Sem reforma, há retrocesso. O futebol brasileiro estagnou durante os anos preparatórios para a Copa do Mundo e os frutos foram colhidos numa derrota histórica. O mesmo pode ser dito para o Comitê Olímpico Brasileiro, que segue com as mesmas políticas e os mesmos cartolas de sempre, sem possibilidade de reforma. Se a seleção brasileira perdeu na Copa de goleada, a perspectiva para os esportes olímpicos do país é ainda pior.

Os conflitos na demolição e reconstrução dos estádios da Copa do Mundo vão gerar ainda mais conflitos nos anos seguintes. As práticas excludentes e militarizadas que marcaram a Copa vão se repetindo cotidianamente. As privatizações dos estádios ainda estão sendo contestadas e os torcedores estão sendo afastados do ato de torcer ao vivo. O modelo perseguido pelos poderes públicos não insere-se facilmente nos contextos urbanos ou sociais do futebol. Vemos nesse processo infinitos conflitos diários que podem dar luz a uma época tumultuada na qual essas mudanças encontram-se com resistências organizadas por parte dos torcedores ou da sociedade civil. Há a esperança de que o conflito gere a resolução desses problemas. Por enquanto, as arenas de conflito da Copa só resolveram o problema de como transferir dinheiro público para o setor privado.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Mariana. 2014. “Branco e Rico São Maioria Na Torcida Do Brasil No Mineirão, Diz Datafolha.” *Folha de São Paulo*, June 19, sec. A Copa como Ela É.

CASSOL, Daniel. 2014. “O Futebol No Tempo Da Ditadura: Entrevista Com O Historiador Gerson Wasen Fraga.” *Impedimento.org*. March 31. <http://impedimento.org/o-futebol-no-tempo-da-ditadura-entrevista-com-o-historiador-gerson-wasen-fraga/>.

CHADE, Jamil. 2013. “Brasil Terá Estádios Mais Caros Do Mundo, Diz Estudo.” *Estadão*, December 16. <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,brasil-tera-estadios-mais-caros-do-mundo-diz-estudo,1109111,0.htm>.

CLAUDINO, Viviane. 2014. “Obras de estádios da Copa tiveram 26 greves, aumentos reais e acordos avançados.” *Rede Brasil Atual*, September 4. <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/04/entre-2009-e-2013-trabalhadores-em-estadios-para-a-copa-tiveram-aumento-real-de-ate-7-35-1876.html>.

GAFFNEY, Christopher. 2014a. "(Falta De) Legado Da Copa." *Jornal Dos Economistas* 299 (June 2014): 5-6.

_____. 2014b. "How the World Cup Is Damaging Brazil." *Fusion Soccer*. June 6. <http://soccer.fusion.net/2014/07/06/how-the-world-cup-is-damaging-brazil/>.

_____. 2014c. "The Lost Legacy of Brazil's World Cup." *Play the Game*. June 6. <http://www.playthegame.org/news/news-articles/2014/the-lost-legacy-of-brazil's-world-cup/>.

GAFFNEY, Christopher; MELO, Erick Silva Omena de. 2010. "Mega-Eventos Esportivos Para Quem?" *Proposta* 121 (December): 30-52.

MASCARENHAS, Gilmar; GAFFNEY, Christopher. 2014. "A Festa Acabou? Os Estádios de Futebol E a Disciplina Socioespacial." In *Desvendando O Jogo: Nova Luz Sobre O Futebol*. Rio de Janeiro: EDUFF.

RODRIGUES, Ernesto Carneiro. 2007. *Jogo Duro: A História de João Havelange*. Rio de Janeiro: Editora Record.

SEGALLA, Vinicius. 2012. "Greves Em Estádios Da Copa Já Paralisaram Obras Por Mais de Três Meses." *UOL Copa Do Mundo 2014*. Winter. <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/04/13/greves-em-estadios-da-copa-ja-paralisaram-obras-por-mais-de-tres-meses.htm>.